

## A GRANDE TRIBULAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA: ANTIGLOBALISMO, FUNDAMENTALISMO E EVANGÉLICOS NA POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO (2019-2021)

João Victor do Rêgo Barros Borba<sup>1</sup>

Flávia Leite do Rêgo Barros<sup>2</sup>

Maria Segunda Gomes de Lima<sup>3</sup>

Ronnei Prado Lima<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa a relação entre evangélicos, especialmente neopentecostais, e a diplomacia brasileira nos primeiros três anos (2019-2021) do governo Jair Bolsonaro. A justificativa baseia-se no papel histórico da religião na política brasileira e sua instrumentalização na ascensão e sustentação de Bolsonaro. O objetivo geral é compreender como a religiosidade influenciou a política externa brasileira, com foco no Ministério das Relações Exteriores. A metodologia envolve análise de discursos do presidente, ministros e líderes religiosos, além de matérias da mídia nacional e literatura acadêmica sobre religião e Relações Internacionais. Conclui-se que a influência religiosa foi um elemento central na formulação da política externa, sendo o Itamaraty usado como moeda de troca para grupos neopentecostais. O caso brasileiro exemplifica a relevância da religião na esfera pública e sua integração no debate acadêmico das Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Neopentecostalismo. Diplomacia Brasileira. Religião e Política. Relações Internacionais. Política Externa.

620

**ABSTRACT:** This study examines the relationship between evangelicals, particularly neo-Pentecostals, and Brazilian diplomacy during the first three years (2019-2021) of Jair Bolsonaro's government. The justification lies in the historical role of religion in Brazilian politics and its instrumentalization in Bolsonaro's rise and support. The general objective is to understand how religiosity influenced Brazil's foreign policy, with a focus on the Ministry of Foreign Affairs. The methodology includes an analysis of speeches by the president, ministers, and religious leaders, as well as national media coverage and academic literature on religion and International Relations. The study concludes that religious influence was a key factor in foreign policy formulation, with the Itamaraty being used as a bargaining tool for neo-Pentecostal groups. The Brazilian case exemplifies the relevance of religion in the public sphere and its integration into the academic debate on International Relations.

**Keywords:** Neopentecostalism. Brazilian Diplomacy. Religion and Politics. International Relations. Foreign Policy.

<sup>1</sup>João Victor Borba é um Analista de Políticas do Governo do Canadá. Ele tem mestrado em Ciência Política e bacharelado em Relações Internacionais. Sua expertise inclui comércio internacional, assuntos intergovernamentais e econômicos. Sua pesquisa se concentra em assuntos internacionais e como a fé se cruza com a política.

<sup>2</sup>Professora I da Prefeitura da Cidade do Recife - Especialização em História do Brasil e Gestão Escolar e Coordenadora Pedagógica. Atualmente em Função Técnica Pedagógica, Bacharel em Direito com ênfase em Direito Penal e Processual Penal.

<sup>3</sup>Juíza de Direito, Bacharel em Direito e Letras, especialista Em Direito Penal e Processual Penal e Direito da Saúde.

<sup>4</sup>Professor I da Prefeitura Municipal do Ipojuca e de Camaragibe. Especialista em História da África FUNESO. Mestre em História pela UFPE, núcleo de pesquisa do mundo Atlântico. Membro do NEAB/UFPE, Pesquisador CEA/UFPE. Membro do grupo de estudos África 70 e do ABE África. Atualmente é Coordenador de EJA da Prefeitura do Ipojuca.

**RESUMEN:** Este estudio analiza la relación entre los evangélicos, especialmente los neopentecostales, y la diplomacia brasileña durante los primeros tres años (2019-2021) del gobierno de Jair Bolsonaro. La justificación se basa en el papel histórico de la religión en la política brasileña y su instrumentalización en la ascensión y mantenimiento de Bolsonaro. El objetivo general es comprender cómo la religiosidad influyó en la política exterior de Brasil, con énfasis en el Ministerio de Relaciones Exteriores. La metodología incluye el análisis de discursos del presidente, ministros y líderes religiosos, además de noticias en los medios nacionales y literatura académica sobre religión y Relaciones Internacionales. Se concluye que la influencia religiosa fue un factor central en la formulación de la política exterior, utilizando el Itamaraty como una moneda de cambio para grupos neopentecostales. El caso brasileño ejemplifica la relevancia de la religión en la esfera pública y su integración en el debate académico de las Relaciones Internacionales.

**Palabras clave:** Neopentecostalismo. Diplomacia Brasileña. Religión y Política. Relaciones Internacionales. Política Exterior.

## I. INTRODUÇÃO

"Não tem essa historinha de Estado Laico, não. O Estado é cristão, e quem for contra que se mude." Frases como essa, somadas a outras, como "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", exemplificam claramente o exercício de um símbolo cristão criado para sustentar a campanha eleitoral e o comportamento do chefe do Poder Executivo, Jair Bolsonaro, que manteve essa linha de discurso até o momento da elaboração deste trabalho. A ideia do "retorno" de referências que instrumentalizam a religião diretamente na política brasileira, incluindo suas Relações Internacionais, entretanto, não é novidade.

621

A justificativa deste estudo baseia-se na relevância da religião como elemento estruturante da política brasileira ao longo da história. Desde a colonização, o cristianismo influenciou não apenas a organização social e política do país, mas também aspectos constitucionais e institucionais. No governo Bolsonaro, essa relação se intensificou, com a instrumentalização da religião para a construção de um discurso político que impactou diretamente a diplomacia brasileira. Dessa forma, compreender essa dinâmica é essencial para analisar as interseções entre religião, política e Relações Internacionais.

Inicialmente, pontua-se que o estudo que estabelece uma ponte entre as Relações Internacionais e a religião é extremamente complexo e, dependendo da abordagem, controverso. Em democracias ocidentais, abordar o tema de religião e política significa discutir a relação do cristianismo e/ou do Islã com a modernidade (SOARES, 2010)<sup>5</sup> e como isso

<sup>5</sup> SOARES, L. F. *Religião e Política na Modernidade*. São Paulo: Editora X, 2010.

influencia temas como a agenda econômica internacional de um país, defesa nacional, diplomacia, terrorismo, guerra, colonialidade e soberania. No estudo das Relações Internacionais, a religião é vista como um fenômeno que impacta a natureza dos Estados, suas leis e instituições, além de moldar valores, práticas e normas sociais e morais. O cristianismo, por exemplo, influenciou a formação dos Estados-nação da Europa e a estruturação do sistema internacional (WILKINSON, 2010, p.74)<sup>6</sup>. Além disso, a moralidade do Direito Internacional e o conceito de sociedade internacional foram amplamente fundamentados no cristianismo<sup>7</sup>.

O objetivo geral deste estudo é analisar a instrumentalização da religião na política externa brasileira, com foco no papel dos grupos neopentecostais e sua influência sobre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) durante o governo Bolsonaro (2019-2021). Para isso, busca-se compreender como esses grupos passaram a atuar como agentes de influência na formulação da Política Externa Brasileira (PEB), de que forma essa atuação ocorreu e quais foram seus desdobramentos na diplomacia do país.

A concepção do ser humano moderno e sua relação com as instituições têm grande fundamento no processo de ruptura conceitual entre religião e modernidade, já que a religião transita no pensamento moderno como um objeto de subordinação e opressão, permitindo ao indivíduo, agora livre, escolher seu modo de vida e destino (CALHOUN, 2011)<sup>8</sup>. O ser humano, portanto, passa a ocupar a centralidade da história, aliado a um ideal cartesiano antropocêntrico. A religião não desaparece, mas perde o poder centralizador e regulatório, que é assumido pelo Estado. Essa separação entre Estado e religião, sobretudo após a Reforma Protestante de 1517, permitiu o florescimento da liberdade individual e a escolha de incluir (ou não) a religião na esfera privada. No entanto, questiona-se: onde? Quando? De que forma? Em que medida? (SILVEIRA, 2021)<sup>9</sup>.

Diante disso, cabe iniciar o trabalho conceituando a religião, uma tarefa complexa devido às inúmeras definições existentes, que divergem entre antropólogos, sociólogos, filósofos, historiadores, psicólogos, teólogos e biólogos. Resumidamente, não há uma definição universalmente aceita de religião (CRAWFORD, 2005, p.14)<sup>10</sup>. Neste trabalho, a religião está

<sup>6</sup>WILKINSON, R. *Religion and State Formation in the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p.74.

<sup>7</sup>Idem.

<sup>8</sup>CALHOUN, C. *Secularism and Society*. London: Oxford University Press, 2011.

<sup>9</sup>SILVEIRA, M. *Religião e Modernidade: Uma Análise Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

<sup>10</sup>CRAWFORD, R. *What is Religion?* London: Routledge, 2005, p.14.

intrinsicamente ligada ao conceito de religião civil, desenvolvido pela primeira vez por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em *Do Contrato Social* (1762)<sup>11</sup>:

A religião, considerada em relação à sociedade, que é geral ou particular, pode dividir-se em duas espécies, a saber: a religião do homem e a do cidadão. A primeira, desprovida de templos, altares, ritos, limitada unicamente ao culto interior do Deus Supremo e aos eternos deveres da moral, é a pura e simples religião dos evangelhos, o verdadeiro teísmo, é o que se pode denominar de direito divino natural. A segunda, alicerçada num único país, fornece-lhe os deuses, os patronos próprios e tutelares; possui seus dogmas, seus rituais, seu culto exterior prescrito por leis; afora a única nação que a cultua, as demais são consideradas infiéis, estrangeiras e bárbaras(ROUSSEAU, 1762, p.186-187).

A metodologia adotada neste estudo é qualitativa e baseia-se na análise de discursos do presidente, ministros e líderes religiosos, além do exame de matérias da mídia nacional e literatura acadêmica sobre religião e Relações Internacionais. O estudo busca compreender como o discurso religioso foi incorporado à política externa brasileira e de que maneira o Itamaraty foi utilizado como moeda de troca para atender aos interesses de grupos neopentecostais. Além disso, serão analisados eventos históricos relevantes para contextualizar o tema, como a Revolução Iraniana de 1979, a ascensão da agenda religiosa na política externa dos Estados Unidos e o impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001 na geopolítica global.

Na primeira parte deste trabalho, será investigada a instrumentalização da religião no Brasil, destacando como ela ganhou força, especialmente após a década de 1980, e como a noção de moralidade cristã foi utilizada para justificar mudanças na relação entre política, sociedade e religião no país. Será analisado se houve uma alteração na concepção de público e privado ou se essa barreira foi rompida (HAYNES, 1998)<sup>12</sup>.

623

Após examinar a instrumentalização da religião em um Estado secular como o Brasil, será discutido o fundamentalismo religioso e seu uso como ferramenta política. Para tanto, a Revolução Iraniana de 1979 será abordada como um exemplo de ruptura com premissas ocidentais, culminando na transformação do país em uma teocracia. Da mesma forma, os atentados de 11 de setembro de 2001 reforçaram a necessidade de analisar a religião como um fator essencial na formulação de políticas externas, uma vez que a omissão desse elemento pode resultar em uma compreensão limitada da cultura política de um Estado (FOX, 2006)<sup>13</sup>.

<sup>11</sup>ROUSSEAU, J. J. *Do Contrato Social*. São Paulo: Companhia das Letras, 1762, p.186-187.

<sup>12</sup> HAYNES, J. *Religion and Politics in the Third World*. London: Routledge, 1998.

<sup>13</sup> FOX, J. *The Religion Factor in International Relations*. London: Routledge, 2006.

Por fim, após examinar a relação entre religião e espaço público, a conexão entre Relações Internacionais e religião será aplicada na análise do comportamento do MRE durante o período em estudo. Serão destacados os mecanismos por meio dos quais os grupos neopentecostais passaram a influenciar a PEB, bem como os desdobramentos dessa influência em uma das academias diplomáticas mais respeitadas do mundo, a diplomacia brasileira.

Dessa forma, este estudo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre religião e Relações Internacionais, evidenciando que a religiosidade pode ser um vetor primordial na formulação da política externa e um elemento essencial para a compreensão das dinâmicas de poder no cenário internacional contemporâneo.

## 2. A INSTRUMENTALIZAÇÃO RELIGIÃO NO ESTADO BRASILEIRO

Nos últimos anos, com os turbulentos diálogos entre religião e política no Brasil, percebemos que o paradigma que visava, de alguma forma, separá-los em Estados laicos foi quebrado. Durante o período de redemocratização no Brasil, as forças políticas do meio cristão ascenderam para se protegerem das imprevisibilidades que o país enfrentaria no pós-ditadura. Assim, houve uma crescente instrumentalização da fé no espaço público brasileiro, motivada pelo temor de que as roupas poderiam deixar de existir, ter suas liberdades cerceadas ou sofrer danos financeiros. Esse processo iniciou-se no governo de José Sarney, consolidou-se com maior estrutura e mobilização sistêmica durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e atingiu seu estado mais avançado no governo de Jair Bolsonaro. Nesse último, o discurso de cunho abertamente religioso consolidou-se como um aceno à poderosa base eleitoral cristã, que compõe cerca de 87% da população<sup>14</sup>.

624

Dado o número significativo de cristãos no país e a ascensão dos evangélicos, observa-se uma mudança no cenário político nacional. Diferentemente das décadas passadas, quando esses grupos eram mais reclusos e hesitavam em assumir cargos públicos, atualmente se encontram em diversos espaços de visibilidade e posições de poder, desde o nível municipal até o cargo mais alto do Poder Executivo<sup>15</sup>. Para Soares (2010)<sup>16</sup>, a religião deixou de ser um ator coadjuvante para tornar-se um dos principais vetores no cenário da política doméstica e internacional.

<sup>14</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Religião. Brasília, 2012.

<sup>15</sup> SILVA, José Carlos. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2018.

<sup>16</sup> SOARES, Luiz Fernando. *Religião e Política na Modernidade*. São Paulo: Editora X, 2010.

O pragmatismo e a equidistância característicos da Política Externa Brasileira passaram a ser desafiados a partir da inclusão de novos atores no processo de formulação e tomada de decisão. O isolamento do Ministério das Relações Exteriores no período anterior à redemocratização fez com que as decisões fossem mais centralizadas e lineares, garantindo um certo nível de independência em relação à opinião pública e aos outros atores, exceto o próprio Poder Executivo<sup>17</sup>.

As transformações na sociedade brasileira, sobretudo a partir da década de 1980, refletiram-se diretamente na relação entre política, sociedade e religião no país. Esse assunto levanta questionamentos sobre possíveis alterações na concepção de público e privado ou se essa barreira foi rompida<sup>18</sup>. Atualmente, discute-se amplamente a ideia de laicidade no Brasil. No sentido comum, o país é considerado um Estado laico, o que pressupõe a separação entre o Estado e a religião. Dessa forma, há liberdade religiosa, mas as opiniões não devem condicionar as decisões dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. A partir desse conceito, o Estado não deve permitir a interferência de correntes religiosas em assuntos estatais, tampouco favorecer um grupo religioso em detrimento de outro<sup>19</sup>. Esse arranjo difere do modelo anterior, em que a Igreja Católica exerce grande influência sobre o Estado.

A separação entre Estado e religião tornou-se mais evidente com o avanço da laicidade, o que gerou resistência por parte da Igreja Católica. Esse movimento foi apresentado no texto da Constituição de 1934, que reinseriu o ensino religioso no currículo escolar e atribuiu validade civil ao casamento religioso<sup>20</sup>. O envolvimento de líderes católicos em conter a influência do novo modelo laico é amplamente documentado, evidenciando os esforços para preservar a predominância do catolicismo na identidade nacional<sup>21</sup>. Com isso, o conceito de separação entre Estado e religião foi substituído pela noção de “colaboração”, que, por meio da legislação, legitimava a reaproximação do Estado com a religião hegemônica – o catolicismo<sup>22</sup>.

A Igreja Católica, historicamente, exerceu um papel central na formação da estrutura política e social do Brasil, influenciada por sua forte presença no Ocidente, especialmente na

<sup>17</sup> FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. *A política externa brasileira: os desafios da formulação e da gestão*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

<sup>18</sup> HAYNES, Jeffrey. *Religião e política no Terceiro Mundo*. Londres: Routledge, 1998.

<sup>19</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Laicidade e pluralismo religioso no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>20</sup> BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1934). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2020.

<sup>21</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O conceito de colaboração entre Estado e religião no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>22</sup> SPYER, Juliano. *Deus, Dinheiro e Política: A ascensão evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Europa e na América Latina<sup>23</sup>. Essa relação foi fortalecida durante o período colonial, quando o catolicismo foi uma força intrínseca ao esforço colonizador, sobretudo no que diz respeito à catequização dos povos indígenas. O catolicismo manteve-se como religião oficial do Brasil até o século XIX, um status que se traduziu na perseguição a outras manifestações religiosas<sup>24</sup>. Durante os primeiros 400 anos de colonização, o Brasil esteve sob a influência do Vaticano e impediu a expansão de outras religiões. No entanto, a partir do século XIX, imigrantes de diferentes partes do mundo e missões passaram a estabelecer templos protestantes no país, inicialmente restritos a estrangeiros<sup>25</sup>, mas gradualmente acessíveis à população brasileira<sup>26</sup>.

## 2.1 EXPANSÃO EVANGÉLICA NO BRASIL

A abertura do Brasil para outras religiões não afetou de maneira imediata a proporção de católicos na população brasileira. Durante quase um século, entre a segunda metade do século XIX e o século XX, o crescimento do protestantismo ocorreu de maneira discreta. No entanto, de acordo com o antropólogo Paul Freston<sup>27</sup>, a popularização do cristianismo evangélico<sup>28</sup> está fortemente relacionada ao período de seca que atingiu o interior do Nordeste brasileiro na segunda metade do século XX. Esse contexto coincidiu com um período migratório intenso, no qual a paisagem social do Brasil passou, em poucas décadas, de 80% rural para 70% urbana<sup>29</sup>. Milhares de famílias trabalhadoras migrantes, muito influenciadas pelo

<sup>23</sup> SOUZA, Everaldo. *Cristianismo e política na América Latina*. Brasília: EdUnB, 2015.

<sup>24</sup> SPYER, Juliano. *Deus, Dinheiro e Política: A ascensão evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

<sup>25</sup> Norte Americanos, europeus e uma pequena parcela de japoneses.

<sup>26</sup> SPYER, Juliano. Op. cit.

<sup>27</sup> FRESTON, Paul. *Evangélicos e Política na Ásia, África e América Latina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

<sup>28</sup> De início, é imprescindível subdividir os evangélicos dada a imensa heterogeneidade do grupo. Antropólogos e sociólogos que estudam os evangélicos recentemente passaram a categorizar o segmento religioso em três ondas: pentecostalismo clássico, pentecostalismo neoclássico e neopentecostalismo. Para Gomes (2019), o pentecostalismo clássico, classificado como a primeira onda, encontra-se inserido no período de 1910 a 1950 e mostra-se presente a partir da Congregação Cristã no Brasil (1910, São Paulo) e a Assembleia de Deus (1911, Pará) inicialmente. Tem como características principais o anticatolicismo, a ênfase no dom de línguas, e principalmente, um radical sectarismo e ascetismo de rejeição ao que “é ofertado no mundo” e, atualmente, mesmo com as diversas transformações decorrentes do passar das décadas, tais características dessa onda pentecostal mantêm-se irremovível e com uma presença constante de fiéis. A segunda onda, que a partir da denominação de alguns acadêmicos, é chamada de pentecostalismo neoclássica, iniciou-se a partir de 1950 com a chegada de dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel. No Brasil, impulsionaram a Cruzada Nacional de Evangelização e assim, viu-se a introdução de novas características para o grupo pentecostal a partir da propagação de cura divina e o uso intenso do rádio, que gerou a aceleração da expansão pentecostal no país no qual pode-se observar uma maior proliferação de igrejas e denominações pentecostais tais como a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951, São Paulo), Brasil para Cristo (1955, São Paulo), Deus É Amor (1962, São Paulo) entre outras. Já na terceira onda tem-se datado seu surgimento na segunda metade dos anos 1970, fortalecendo-se a partir dos anos 1980 e 1990. Encabeçada por igrejas como Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Renascer em Cristo hoje mostram-se com forte acolhimento e adoção ao redor do Brasil e do mundo, com participação na política partidária e adeptas de uso intensivo da mídia eletrônica para atingir o público.

<sup>29</sup> SPYER, Juliano. *Deus, Dinheiro e Política: A ascensão evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

catolicismo, estabeleceram-se em bairros distantes dos centros urbanos, onde não havia a presença de uma igreja católica próxima<sup>30</sup>.

Atualmente, há apenas um padre para cada 7,8 mil habitantes no país<sup>31</sup>. Esse cenário se deve, em grande parte, ao fato de que a formação de um padre exige vários anos de estudo, enquanto pastores pentecostais e neopentecostais podem ser formados em poucas semanas ou meses. Além disso, os trâmites burocráticos para a abertura de uma igreja católica são longos e complexos, ao passo que igrejas evangélicas podem ser legalmente registradas apenas com um documento em cartório<sup>32</sup>. Dessa forma, a presença da Igreja Católica torna-se desigual no território nacional, favorecendo segmentos da população mais escolarizados. Segundo Oosterbaan<sup>33</sup>, essa desigualdade ocorre porque o catolicismo frequentemente se mostra distante de uma prática espiritual conectada com os desafios cotidianos da população. Mesmo quando prioriza os mais pobres, essa abordagem acontece dentro de um discurso elitizado ou sem constância e alcance nacional. Nos locais onde o catolicismo não mantém uma presença relevante, os cultos evangélicos atraem fiéis que desejam continuar suas práticas religiosas dentro da tradição cristã.

O crescimento evangélico no Brasil acompanhou o fluxo das migrações das zonas rurais para os centros urbanos ao longo do século XX, com aceleração nas décadas finais desse período. No início do século XXI, aproximadamente 10% da população tradicionalmente católica — cerca de 50 milhões de pessoas — havia se convertido a denominações protestantes<sup>34</sup>. Nas últimas décadas do século XX, ocorreu a maior expansão evangélica já registrada, consolidando-se especialmente nas regiões metropolitanas do Sudeste, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória. Durante os anos 1990, a presença evangélica estendeu-se consistentemente ao longo da costa brasileira, desde Santa Catarina até o Pará. No entanto, foi principalmente nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro que o cristianismo evangélico projetou-se para o interior, alcançando o Paraná, Minas Gerais e o Centro-Oeste<sup>35</sup>.

Essa expansão religiosa, marcada por um forte dinamismo e estratégias de mobilização eficazes, reflete mudanças significativas na configuração do campo religioso brasileiro. O

<sup>30</sup> Para o antropólogo, ainda hoje a escassez de padres limita a influência católica em partes menos urbanizadas do país. SPYER, Juliano. Op. cit.

<sup>31</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Religião. Brasília, 2012. Uma média de 6 anos.

<sup>32</sup> VELHO, Gilberto. Religião e política na contemporaneidade. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

<sup>33</sup> OOSTERBAAN, Martijn. *Pureza e o Diabo: Evangelicalismo no Rio de Janeiro*. Londres: Routledge, 2007.

<sup>34</sup> ALVES, José E.; CAVENAGHI, Suzana; BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, José AM. A transição religiosa no Brasil: 50 milhões de católicos a menos? Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 1, pág. 119-138, 2017.

<sup>35</sup> SPYER, Juliano. Op. cit.

avanço evangélico não apenas alterou a distribuição demográfica das religiões no país, mas também impactou a cultura, a política e as relações sociais. O fortalecimento desse grupo em esferas de poder demonstra que o fenômeno transcende o campo estritamente religioso e passa a atuar como um elemento de transformação social e política.

Dante dessas considerações, observa-se que o cristianismo evangélico consolidou-se como uma das principais forças religiosas e sociopolíticas do Brasil contemporâneo. O processo de secularização, que em outros contextos resultou no enfraquecimento da religião na esfera pública, no Brasil seguiu uma trajetória singular, marcada pela ressignificação do espaço religioso e pela crescente influência evangélica nas decisões políticas e institucionais do país. O fenômeno da ascensão evangélica, portanto, representa um ponto fundamental para a compreensão das dinâmicas religiosas e suas implicações para o futuro da sociedade brasileira.

O Brasil continua sendo o país com a maior população católica do mundo. No entanto, os dados do censo indicam uma queda contínua do catolicismo desde a década de 1970. Naquele período, os católicos representavam 91,8% da população brasileira. Em 2010, contudo, esse número caiu para 64,4%. Paralelamente, o número de evangélicos no Brasil apresentou um crescimento expressivo, passando de 5,2% para quase um quarto da população no mesmo intervalo de tempo<sup>36</sup>. Estudos indicam que, em 2022, o percentual de católicos poderá ficar abaixo de 50% e que os evangélicos poderão ultrapassá-los até 2032<sup>37</sup>.

O levantamento mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que o crescimento da população evangélica ocorre proporcionalmente à redução do número de católicos no país. Além disso, estimativas indicam que, anualmente, cerca de 14 mil roupas evangélicas são abertas no Brasil<sup>38</sup>. Em um contexto mais amplo, observe-se um aspecto semelhante em toda a América Latina. Em 2014, menos da metade da população que se identificava como evangélica havia nascido em famílias protestantes. Esse dado revela que a maioria das populações pentecostais da região não foi evangelizada desde o nascimento, mas se converteu ao protestantismo ao longo da vida<sup>39</sup>.

Os antropólogos e sociólogos que estudam a religião no Brasil apontam diversos fatores para o declínio do catolicismo e o fortalecimento do cristianismo evangélico no país. Um dos

<sup>36</sup> SAHGAL, Neha. *O Futuro das Religiões Mundiais: Projeções de Crescimento Populacional, 2010-2050*. Pew Research Center, 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org>. Acesso em: 6 fev. 2020.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Religião*. Brasília, 2012.

<sup>39</sup> ALMEIDA, Ronaldo de. *A onda evangélica: dinâmica e política das religiões no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

principais indicativos refere-se à faixa etária dos fiéis: enquanto o catolicismo apresenta maior adesão entre pessoas com 40 anos ou mais, o pentecostalismo, por sua vez, atrai um grande número de crianças e adolescentes<sup>40</sup>.

Outro fator relevante diz respeito à distribuição racial dos fiéis. Entre os pentecostais, aproximadamente 60% se identificam como pretos ou pardos, o que evidencia um forte vínculo entre o crescimento do pentecostalismo e as camadas populares da sociedade brasileira<sup>41</sup>.

Uma teoria também largamente aceita pelos estudiosos da religião no Brasil é que as famílias que adotam a fé cristã evangélica melhoram suas situações socioeconômicas, bem como passam a ser reconhecidas de maneira mais prestigiosa em suas comunidades. O ímpeto de ter uma vida financeira melhor, ajuda a explicar o porquê dos pentecostais emergirem de setores sociais sub privilegiados. São jovens negros, pardos, do sexo feminino, ficam menos anos na escola e têm salários menores do que a média da população; junto a isso, a conversão ao protestantismo denotaria socialmente também uma espécie de “ascensão moral” (SPYER, 2020)<sup>42</sup>.

É inegável que os evangélicos, nas últimas décadas, se tornaram um grupo de grande relevância no cenário brasileiro. Esse protagonismo pode ser transmitido no aumento expressivo do número de fiéis, na participação ativa na formação da nova classe média brasileira, na influência decisiva nas eleições de 2018 e no debate sobre a instrumentalização da fé na esfera pública. Dessa forma, torna-se impossível compreender o Brasil contemporâneo sem considerar o impacto da inserção dos evangélicos na sociedade brasileira<sup>43</sup>. A indicação e o apoio às candidaturas legislativas por parte de igrejas, a mobilização para a defesa de interesses supradenominacionais — como no caso das frentes parlamentares — e a identificação com titulares de cargos no Poder Executivo são exemplos de movimentos articulados por esse grupo. Essas iniciativas, ainda que marcadas por sucessos e revezes, refletem a crescente utilização da religião como um atributo também eleitoral<sup>44</sup>.

629

Observa-se também a presença de agentes referidos como evangélicos na execução de políticas públicas e em parcerias com agências governamentais (MACHADO, 2003). Tal presença, ao mesmo tempo em que se fundamenta na legitimidade de “colaboração” entre

<sup>40</sup> BARROS, Ricardo P. *A transição religiosa no Brasil: padrões geracionais e transformações socioculturais*. São Paulo: Edusp, 2017.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> SPYER, Juliano. “Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam.” *Geração*, 2020.

<sup>43</sup> SPYER, Juliano. *Deus, Dinheiro e Política: A ascensão evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

<sup>44</sup> MACHADO, Maria das Dores. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

Estado e igrejas, agora aproveitada por mais um segmento do campo religioso, beneficia-se de uma abertura mais recente para a participação da sociedade civil nas políticas públicas e de uma valorização generalizada da atuação em rede no enfrentamento da questão social (BURITY, 2006)<sup>45</sup>.

Ainda, não é possível falar sobre instrumentalização da fé com finalidades políticas no Brasil sem mencionar a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional. Atualmente 120 parlamentares a compõem, com aumento de 61 membros, em comparação com 2002, e hoje é a maior associação de parlamentares no Congresso. Ela representa esforços coordenados de mobilização de igrejas para candidatos ocuparem cargos públicos. (GONÇALVES, 2019a)<sup>46</sup>.

A instrumentalização da fé com finalidades religiosas acontece quando o argumento que o plano evangelizador de Deus “está em perigo”. Discurso amplamente usado por políticos evangélicos que afirmam que a liberdade religiosa está em xeque, e colocam como uma solução para que defendam a liberdade de culto, sendo essa uma decisão vital para que a igreja resista aos ataques e continue existindo (GONÇALVES, 2019b)<sup>47</sup>, tal como a retórica usada no período pós ditadura. A presença dos evangélicos no congresso mudou a partir do momento que nas eleições de 1986, as primeiras após a redemocratização. À época, havia-se uma ideia que a Igreja Católica estaria exercendo seu poder para ter uma posição privilegiada na redação da nova Constituição de 1988, e isso estabeleceria um conflito de interesses para os evangélicos.

Por esse motivo, houve uma rápida mobilização e incentivo ao ativismo evangélico, rompendo a crença de que os protestantes não se envolviam diretamente na política e consolidando a ideia de que indivíduos que compartilham da mesma fé deveriam votar em representantes evangélicos. Até aquele momento, os candidatos eram eleitos sem a instrumentalização da identidade religiosa, ou seja, sem colocar a religião a serviço de interesses políticos. No entanto, a partir do ano de 1989, esse cenário começou a mudar, e a identidade religiosa passou a ser utilizada como um elemento central nas campanhas eleitorais<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 1, n. 4, p.27-45, 2001. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_burity.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf). Acesso em: 28 jun. 2007.

<sup>46</sup> GONÇALVES, Eduardo. “A Deus o que é de César.”. Revista VEJA 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

<sup>47</sup> GONÇALVES, Eduardo. “A evangélicos, Bolsonaro diz que ‘falta fé’ ao Brasil” Revista. VEJA. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>. Acesso Acesso em: 13 dez. 2021.

<sup>48</sup> QUEIROZ, Rafael. *Religião e Poder: a ascensão evangélica no cenário político brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

Atualmente, esse grupo mantém uma relação estreita com a Presidência da República. O ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, assumiu publicamente seu alinhamento com os evangélicos, reforçando essa proximidade por meio de políticas e benefícios específicos. O prestígio desses segmentos foi evidenciado em medidas como a autorizada bilionária de tributação dos dízimos, o que demonstra a influência política e econômica que esse grupo conquistou nos últimos anos<sup>49</sup>. Essa abordagem de privilégio aos evangélicos se dá à força definidora que eles tiveram para a eleição de Bolsonaro em 2018. Em grande medida, mais de  $\frac{2}{3}$  dos evangélicos votaram em Bolsonaro por acreditarem que ele representaria uma figura salvadora, uma espécie de Messias, que como dito por ele, salvaria o Brasil do comunismo e da perseguição religiosa.

## 2.2 UM PRESIDENTE “CRISTÃO”

Desde o início de sua candidatura, o presidente Bolsonaro faz aceno à base eleitoral cristã do Brasil, se pondo como um presidenciável que defenderia os valores da família tradicional, lutaria contra a perseguição aos cristãos e repetidamente usava a frase que define sua campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”, frase muito usada pelos nazistas.

O mundo observa surpreso, sobretudo desde o início do século XX, uma “volta” da religião à esfera pública (no Brasil, no entretanto, o termo “volta” usado para descrever a relação entre religião e Estado é falacioso, uma vez que esse fenômeno não voltou, mas sempre, desde do início, esteve intimamente ligado à dinâmica estatal do Brasil).

No entanto, tudo o que filósofos e cientistas sociais anunciaram sobre “o desaparecimento da religião como um elemento significativo na existência humana” (HUNTINGTON, 1997)<sup>50</sup> é o oposto do que se observa no Brasil e, de maneira mais ampla, no Ocidente. De fato, a modernização do século passado parece ter fomentado, em seu interior, a criação de uma ideologia de ruptura com a ordem secular existente (GOLDBERG, 2006)<sup>51</sup>.

Observe-se que grupos fundamentados em princípios religiosos chegaram ao estopim do seu descontentamento com a forma como a sociedade se estruturou, neutralizando referências a Deus. Além de enfatizarem a centralidade que a religião precisa ter para a formação de uma nova ordem social mais justa e igualitária, a instrumentalização da religião

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

<sup>51</sup> GOLDBERG, Michelle. *Kingdom Coming: A Ascensão do Nacionalismo Cristão*. Nova York: WW Norton & Company, 2006.

na esfera pública também representa uma espécie de revanche de Deus (KEPEL, 1991)<sup>52</sup>, especialmente diante do secularismo, que excluiu uma dimensão religiosa das análises sobre a modernidade.

No Brasil, uma religião foi amplamente instrumentalizada para promover candidaturas evangélicas e, dessa maneira, garantir a propagação de seus valores em espaços de poder. Desde a redemocratização, observa-se o crescimento do número de deputados ligados às igrejas evangélicas no Congresso Nacional (PIERUCCI, 1991)<sup>53</sup>. Existe um projeto, sobretudo desde os anos 1990, para que um evangélico ocupasse a Presidência da República (SANTOS, 2011)<sup>54</sup>. Esse sentimento, amadurecido ao longo do tempo, tornou-se um elemento determinante nas eleições de 2018, quando se consolidou uma fase crucial da presença da religião na esfera pública brasileira. O então candidato Jair Bolsonaro fez uso estratégico e sem precedente do discurso religioso em seus posicionamentos, estabelecendo a centralidade que a religião teria em sua campanha eleitoral (MARIANO, 2019)<sup>55</sup>.

É importante destacar, ainda, que essa aproximação com os evangélicos não ocorreu apenas durante a campanha presidencial (CAMURÇA, 2020)<sup>56</sup>. Bolsonaro já havia sido batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, seguindo o rito evangélico de submersão, mesmo se identificando como católico apostólico romano. Além disso, seu terceiro casamento foi realizado, em 2007, pelo pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (OUALALOU, 2019)<sup>57</sup>. Assim, nas eleições de 2018, líderes evangélicos manifestaram apoio a Bolsonaro por considerá-lo um representante legítimo de seus valores e por enxergá-lo como a única opção viável para derrotar o Partido dos Trabalhadores (PT) e os perigos que atribuíam a esse grupo político, como a implantação do comunismo, a perseguição aos cristãos, a abolição do direito dos pais de educar seus filhos, a reorientação da sexualidade das crianças e a destruição da família tradicional.

Robson Rodovalho, da igreja Sara Nossa Terra, resumiu a escolha ao afirmar que Bolsonaro foi o “único que empunhou a bandeira da vida, da família, da igreja, da economia livre, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero”<sup>58</sup>. Silas Malafaia reforçou essa

<sup>52</sup> KEPEL, Gilles. *La Revanche de Dieu: Chrétiens, Juifs et Musulmans à la Reconquête du Monde*. Paris: Seuil, 1991.

<sup>53</sup> PIERUCCI, Antônio Flávio. *A religião no Congresso Nacional*. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>54</sup> SANTOS, Leonardo. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

<sup>55</sup> MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2019.

<sup>56</sup> CAMURÇA, Marcelo. *Religião e Poder no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

<sup>57</sup> OUALALOU, Lâmia. *Os Evangélicos no Poder*. São Paulo: Elefante, 2019.

<sup>58</sup> MARIANO, Ricardo. Op. cit.

perspectiva, ao declarar que Bolsonaro era “o único que defende diretamente a ideologia da direita”, sendo também um defensor dos valores da família e contrário àquilo que chamou de “bandidagem de erotizar crianças nas, que toda a esquerda quer”<sup>59</sup>. A Pastora Rina, da Bola de Neve, igualmente ressaltou: “É a primeira vez em todos esses anos que a gente tem um candidato de direita de verdade, pró-família, pró-Deus, pró-valores, pelos nossos princípios, favorável à igreja de Jesus”<sup>60</sup>.

Como discutido anteriormente, a aproximação entre Bolsonaro e os evangélicos foi decisiva para sua vitória nas eleições de 2018. Dados indicam que 69% dos evangélicos votaram em Bolsonaro, enquanto apenas 51% dos católicos fizeram a mesma escolha. Em números absolutos, essa diferença representou um acréscimo de 11 milhões de votos válidos a favor do então candidato (ALMEIDA, 2019)<sup>61</sup>.

Com a eleição de Bolsonaro, consolidou-se um período de maior proximidade entre religião e Estado no Brasil. A cada eleição, o fator religioso cresce exponencialmente e se torna um elemento essencial no cenário político em Brasília (DANTAS, 2013)<sup>62</sup>. Atualmente, observa-se um alinhamento quase automático ao discurso religioso, evidenciado pelo grande número de igrejas que se sentem contempladas pelas ações do governo. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), por sua vez, destaca-se como uma das bases mais sólidas de sustentação do presidente na Câmara dos Deputados (CASARÓES, 2019)<sup>63</sup>.

Após décadas de desenvolvimento no campo político brasileiro, especialmente nos últimos 30 anos, os evangélicos que antes evitavam envolver-se diretamente na política alcançaram uma posição sem precedente. Além de terem um presidente alinhado aos seus princípios, conquistaram a maior bancada do Congresso Nacional e uma base eleitoral numerosa, fiel e em constante expansão.

Dessa forma, observa-se que o Estado tem utilizado a religião, fortalecida politicamente no período de redemocratização, como uma ferramenta de exercício de poder. Considerando que o Estado é um dos principais atores das Relações Internacionais, toda essa estrutura de mobilização doméstica reflete diretamente na forma como o Brasil se posiciona no cenário

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> ALMEIDA, Ronaldo. *A onda evangélica: dinâmica e política das religiões no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>62</sup> DANTAS, Marcelo. *Religião e política: um estudo sobre a ascensão evangélica no Brasil*. Brasília: EdUnB, 2011.

<sup>63</sup> CASARÓES, Dawisson Belém. *A Nova Direita e a política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2019.

internacional. Assim, a interseção entre política e religião no país torna-se um aspecto indispensável para a análise de suas Relações Internacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre religião e política no Brasil consolidou-se como um dos elementos estruturantes da dinâmica social e eleitoral do país. O crescimento exponencial do cristianismo evangélico e sua influência nos espaços de poder evidenciam que a religião não apenas se manteve como um fenômeno social relevante, mas também se tornou uma ferramenta estratégica no cenário político. O fortalecimento desse grupo religioso impactou diretamente a formulação de políticas públicas, a condução das eleições e a maneira como as instituições estatais passaram a dialogar com as diferentes expressões de fé presentes na sociedade brasileira.

O protagonismo evangélico na política nacional representa uma mudança significativa na estrutura do campo religioso e em sua interação com o Estado. O crescimento da bancada evangélica no Congresso Nacional, a mobilização de líderes religiosos para apoiar candidatos alinhados com suas pautas e a utilização de discursos religiosos como estratégia eleitoral indicam que a influência desse grupo tende a se expandir nos próximos anos. Esse fenômeno se reflete na maneira como determinados valores e princípios passaram a orientar decisões governamentais e na crescente presença de agentes religiosos em instâncias de poder.

Além do impacto no cenário interno, a instrumentalização da religião também repercutiu nas Relações Internacionais do Brasil. O alinhamento com pautas religiosas conservadoras influenciou a atuação do país em fóruns internacionais, moldando posicionamentos sobre temas como direitos humanos, educação e política externa. Dessa forma, observa-se que a relação entre religião e política transcende o espaço doméstico, configurando-se como um elemento determinante na construção da imagem do Brasil no exterior e na definição de suas prioridades diplomáticas.

A expansão do cristianismo evangélico e sua inserção na política nacional também geraram desafios para a democracia brasileira. O uso da religião como um instrumento de poder pode comprometer a laicidade do Estado e gerar tensões entre grupos religiosos e setores da sociedade que defendem a separação entre Igreja e governo. Além disso, a ascensão evangélica na política levanta questionamentos sobre os limites da influência religiosa na formulação de

políticas públicas e na garantia dos direitos de minorias que possuem visões divergentes das pautas defendidas por esses grupos.

Dante desse cenário, torna-se essencial um debate aprofundado sobre o papel da religião na esfera pública e seus impactos na governança democrática. A necessidade de garantir um Estado que respeite a pluralidade de crenças e que, ao mesmo tempo, assegure a liberdade religiosa sem comprometer princípios democráticos, impõe desafios para o futuro político e social do Brasil. O equilíbrio entre participação religiosa e respeito às instituições republicanas será um fator crucial para a estabilidade e o desenvolvimento do país nos próximos anos.

Assim, o avanço da influência religiosa na política brasileira não pode ser analisado de forma isolada, mas sim em um contexto mais amplo que envolve transformações sociais, econômicas e culturais. A forma como o Brasil lidará com essa realidade determinará não apenas o futuro de sua política interna, mas também sua posição no cenário internacional. Nesse sentido, a compreensão da relação entre religião e poder torna-se imprescindível para a análise da política contemporânea e de suas possíveis consequências para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. *A onda evangélica: dinâmica e política das religiões no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 635
- BARROS, Ricardo P. *A transição religiosa no Brasil: padrões geracionais e transformações socioculturais*. São Paulo: Edusp, 2017.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 1, n. 4, p.27-45, 2001. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_burity.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf). Acesso em: 28jun. 2007.
- CAMURÇA, Marcelo. *Religião e Poder no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CASARÕES, Dawisson Belém. *A Nova Direita e a política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2019.
- DANTAS, Marcelo. *Religião e política: um estudo sobre a ascensão evangélica no Brasil*. Brasília: EdUnB, 2011.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. *A política externa brasileira: os desafios da formulação e da gestão*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FRESTON, Paul. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. *Laicidade e pluralismo religioso no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

GOLDBERG, Michelle. *Kingdom Coming: The Rise of Christian Nationalism*. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

GOMES, Edinardo. *Pentecostalismo no Brasil: História, Identidade e Transformações*. São Paulo: Paulus, 2019.

GONÇALVES, Eduardo. “A Deus o que é de César.” Revista VEJA 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

GONÇALVES, Eduardo. “A evangélicos, Bolsonaro diz que ‘falta fé’ ao Brasil” Revista VEJA. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

GONÇALVES, Eduardo. 2019. “O mais fiel dos eleitores.” Revista VEJA. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

HAYNES, Jeffrey. *Religion and Politics in the Third World*. London: Routledge, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

636

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Religião*. Brasília, 2012.

KEPEL, Gilles. *La Revanche de Dieu: Chrétiens, Juifs et Musulmans à la Reconquête du Monde*. Paris: Seuil, 1991.

MACHADO, Maria das Dores. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2019.

OOSTERBAAN, Martijn. *Purity and the Devil: Evangelicalism in Rio de Janeiro*. London: Routledge, 2007.

ORO, Ari Pedro. *Os evangélicos e a política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003.

OUALALOU, Lamia. *Os Evangélicos no Poder*. São Paulo: Elefante, 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *A religião no Congresso Nacional*. São Paulo: Edusp, 1996.

QUEIROZ, Rafael. *Religião e Poder: a ascensão evangélica no cenário político brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SAHGAL, Neha. *The Future of World Religions: Population Growth Projections, 2010-2050*. Pew Research Center, 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SANTOS, Leonardo. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, José Carlos. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2018.

SPYER, Juliano. *Deus, Dinheiro e Política: A ascensão evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

VELHO, Gilberto. *Religião e política na contemporaneidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.